



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca – SEAG

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0063/2021

Pregão nº 0059/2021
Processo nº 2021-SP5BF

Pelo presente instrumento, o **ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, AQUICULTURA E PESCA**, órgão da Administração Direta do Poder Executivo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.080.555/0001-47, com sede na Rua Raimundo Nonato, 116, Forte São João, Vitória, ES, CEP 29.017-160, representada legalmente pelo seu Secretário Sr. **PAULO ROBERTO FOLETTO**, portador da Carteira de Identidade nº 340.600 SPTC/ES e CPF nº 479.094.637-15, considerando o julgamento da licitação na modalidade de **PREGÃO, PARA REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MICROTRATOR E IMPLEMENTOS**, sob nº. 0059/2021, **RESOLVE** registrar o preço da empresa **CCK COMERCIAL EIRELLI-EPP**, inscrita no CNPJ nº 22.065.938/0001-22, situado à Rua Bahia, 1447- Sala 01- Bairro Salto - Blumenau - SC – Cep.: 89031-001, neste ato representado pelo **Sr. FABIO HAUSCHILD MONDARDO**, registrado sob o CPF nº806.427.809-00 e RG sob nº 2049708131-SESP/SC, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, e regido pela Lei 10.520/2002, pelo Decreto Estadual 2.458-R/2010, pelo Decreto Estadual 1.790-R/2007, pela Lei 8.666/1993 e suas alterações e em conformidade com as disposições a seguir:

1 - DO OBJETO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o registro de preços dos produtos especificados no Anexo I do Edital.

1.2 - Integram esta Ata, como partes indissociáveis e independentemente de transcrição, os seguintes anexos:

- a) Anexo A – Especificação dos preços;
- b) Anexo B – Minuta de Contrato;
- c) Edital e todos os seus Anexos;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca – SEAG

d) Proposta Comercial da Contratada.

2 - DO PREÇO

2.1 - Os preços a serem pagos coincidem com os preços definidos no Anexo desta Ata, e nele estão inclusos todas as espécies de tributos, diretos e indiretos, encargos sociais, seguros, fretes, material, mão de obra e quaisquer despesas inerentes à compra.

2.2 - Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis, ressalvado o disposto no item 3 deste instrumento.

2.3 - A existência de preços registrados não obrigará a Administração a firmar contratações que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica ou a contratação direta para a aquisição pretendida nas hipóteses previstas na Lei 8.666/1993, mediante fundamentação, assegurando-se ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

3 - DA ALTERAÇÃO DO PREÇO PRATICADO NO MERCADO E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

3.1 - Quando, por motivo superveniente, o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado pelo mercado, o órgão gerenciador deverá:

3.1.1 - Convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

3.1.2 - Frustrada a negociação, liberar o fornecedor do compromisso assumido;

3.1.3 - Convocar os demais fornecedores para conceder igual oportunidade de negociação.

3.2 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante oferta de justificativas comprovadas, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

3.2.1 - Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de sanção administrativa, desde que as justificativas sejam motivadamente aceitas e o requerimento ocorra antes da emissão de ordem de fornecimento;

3.2.2 - Convocar os demais fornecedores para conceder igual oportunidade de negociação.

3.3 - Não logrando êxito nas negociações, o órgão gerenciador deve proceder à revogação da Ata de Registro de Preços e à adoção de medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

3.4 - Em caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira, será adotado o critério de revisão, como forma de restabelecer as condições originalmente pactuadas.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca – SEAG

3.5 - A revisão poderá ocorrer a qualquer tempo da vigência da Ata, desde que a parte interessada comprove a ocorrência de fato imprevisível, superveniente à formalização da proposta, que importe, diretamente, em majoração ou minoração de seus encargos.

3.5.1 - Em caso de revisão, a alteração do preço ajustado, além de obedecer aos requisitos referidos no item anterior, deverá ocorrer de forma proporcional à modificação dos encargos, comprovada minuciosamente por meio de memória de cálculo a ser apresentada pela parte interessada.

3.5.2 - Dentre os fatos ensejadores da revisão, não se incluem aqueles eventos dotados de previsibilidade, cujo caráter possibilite à parte interessada a sua aferição ao tempo da formulação/aceitação da proposta, bem como aqueles decorrentes exclusivamente da variação inflacionária, uma vez que inseridos, estes últimos, na hipótese de reajustamento, modalidade que não será admitida neste registro de preços, posto que a sua vigência não supera o prazo de um ano.

3.5.3 - Não será concedida a revisão quando:

3.5.3.1 - Ausente a elevação de encargos alegada pela parte interessada;

3.5.3.2 - O evento imputado como causa de desequilíbrio houver ocorrido antes da formulação da proposta definitiva ou após a finalização da vigência da Ata;

3.5.3.3 - Ausente o nexo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos atribuídos à parte interessada;

3.5.3.4 - A parte interessada houver incorrido em culpa pela majoração de seus próprios encargos, incluindo-se, nesse âmbito, a previsibilidade da ocorrência do evento.

3.6 - Em todo o caso, a revisão será efetuada por meio de aditamento contratual, precedida de análise pela Secretaria de Estado de Controle e Transparência e Procuradoria Geral do Estado, e não poderá exceder o preço praticado no mercado.

4 - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1 - O preço registrado poderá ser cancelado nas seguintes hipóteses:

4.1.1 - Pela Administração, quando houver comprovado interesse público, ou quando o fornecedor:

4.1.1.1 - Não cumprir as exigências da Ata de Registro de Preços;

4.1.1.2 - Não formalizar contrato decorrente do Registro de Preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

4.1.1.3 - Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de se tornar este superior aos praticados no mercado;

4.1.1.4 - Incorrer em inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca – SEAG

4.1.2 - Pelo fornecedor, quando, mediante solicitação formal e expressa, comprovar a impossibilidade, por caso fortuito ou força maior, de dar cumprimento às exigências do instrumento convocatório e da Ata de Registro de Preços.

4.2 - O cancelamento do registro de preços por parte da Administração, assegurados a ampla defesa e o contraditório, será formalizado por decisão da autoridade competente.

4.2.1 - O cancelamento do registro não prejudica a possibilidade de aplicação de sanção administrativa, quando motivada pela ocorrência de infração cometida pelo particular, observados os critérios estabelecidos na cláusula décima primeira deste instrumento.

4.3 - Da decisão da autoridade competente se dará conhecimento aos fornecedores, mediante o envio de correspondência, com aviso de recebimento.

4.4 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será efetivada através de publicação na imprensa oficial, considerando-se cancelado o preço registrado, a contar do terceiro dia subsequente ao da publicação.

4.5 - A solicitação, pelo fornecedor, de cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 30 dias, instruída com a comprovação dos fatos que justificam o pedido, para apreciação, avaliação e decisão da Administração.

5 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1 - A Contratante pagará à Contratada pelos produtos adquiridos, até o décimo dia útil após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente, devidamente aceita pelo Contratante, vedada a antecipação.

5.2 - Decorrido o prazo indicado no item anterior, incidirá multa financeira nos seguintes termos:

$$VM = VFX \frac{12}{100} X \frac{ND}{360}$$

Onde:

VM = Valor da Multa Financeira.

VF = Valor da Nota Fiscal referente ao mês em atraso.

ND = Número de dias em atraso.

5.3 - O pagamento far-se-á por meio de uma única fatura.

5.4 - Incumbirão à Contratada a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso da fatura devida, a ser revisto e aprovado pela Contratante, juntando-se o cálculo da fatura.

5.5 - A liquidação das despesas obedecerá, rigorosamente, o estabelecido na Lei 4.320/1964, assim como na Lei Estadual 2.583/1971.

5.6 - Se houver alguma incorreção na Nota Fiscal/Fatura, a mesma será devolvida à Contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação na nova Nota Fiscal/Fatura, sem qualquer ônus ou correção a ser paga pela Contratante.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca – SEAG

6 - DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA

6.1 - O prazo de vigência dessa Ata de Registro de Preços é de 01 ano, contado do dia posterior à data de sua publicação no Diário Oficial, vedada a sua prorrogação.

6.2 - O prazo de vigência das contratações decorrentes desse registro de preços apresentará como termo inicial o recebimento do contrato e como termo final o recebimento definitivo dos produtos pela Administração, observados os limites de prazo de entrega fixados no Anexo I, e sem prejuízo para o prazo mínimo de garantia e validade dos produtos adquiridos.

7 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 - As despesas inerentes a esta Ata correrão à conta das respectivas dotações orçamentárias dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta que participarem ou aderirem à contratação e serão especificadas ao tempo da contratação.

8 - DA CONVOCAÇÃO PARA RECEBER O CONTRATO

8.1 - A emissão do Contrato constitui o instrumento de formalização da aquisição com os fornecedores, devendo o seu resumo ser publicado na Imprensa Oficial, em conformidade com os prazos estabelecidos na Lei 8.666/1993.

8.2 - Quando houver necessidade de aquisição dos equipamentos por algum dos órgãos participantes da Ata, o fornecedor será convocado para receber o contrato no prazo de até 05 dias úteis.

8.3 - A Administração poderá prorrogar o prazo fixado no item anterior, por igual período, nos termos do art. 64, § 1º, da Lei 8.666/1993, quando solicitado pelo fornecedor, durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo ente promotor do certame.

8.4 - Se o fornecedor se recusar a receber o contrato ou se não dispuser de condições de atender integralmente à necessidade da Administração, poderá o contrato ser expedido para os demais proponentes cadastrados que concordarem em fornecer os produtos ao preço e nas mesmas condições do primeiro colocado, observada a ordem de classificação.

9 - DA ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

9.1 - A entrega do objeto do contrato dar-se-á no prazo **máximo de 90 (noventa) dias** em qualquer Município do Estado do Espírito Santo, após o início da vigência do Contrato.

9.2 - Após a assinatura do contrato, o contratado deverá entrar em contato com o Setor de Patrimônio da SEAG, pelo telefone (27) 3636-3654 e 3636-3664, para solicitar autorização e agendar a respectiva data do fornecimento.

9.3 - A Administração designará servidor, na hipótese de compras de valor superior a R\$ 80.000,00, conforme o art. 15, § 8º, da Lei 8.666/1993, para recebimento do objeto contratual da seguinte forma:



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca – SEAG

9.3.1 - Provisoriamente, no ato da entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação demandada e com a proposta apresentada, atestado por escrito.

9.3.2 - Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, no prazo de 10 dias úteis contados do recebimento provisório, mediante Termo de Recebimento Definitivo.

9.4 - Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

9.5 - No caso de os objetos serem entregues em desconformidade, a CONTRATADA será notificada da recusa, parcial ou total, para realizar a correção de falhas ou a substituição por outros, em até 05 dias úteis, ou no prazo remanescente para a entrega fixado em contrato, se for superior e ainda estiver em curso, renovando-se, a partir da nova entrega, o prazo para recebimento definitivo.

9.6 - O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

10 - DA GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

10.1 - Os produtos objeto deste Registro de Preços terão garantia de, 12 (doze) meses, contados a partir da data da entrega dos mesmos.

11 - DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

11.1-Compete à Contratada:

- a) Entregar o Microtrator Agrícola, Carreta Agrícola, Cultivador, Kit Encanteiradore Sulcador, de acordo com as condições e prazos estabelecidos neste Termo de Referência;
- b) Entregar o Microtrator Agrícola, Carreta Agrícola, Cultivador, Kit Encanteiradore Sulcador, todos devidamente montados;
- c) Garantir a compatibilidade dos implementos ofertados com o modelo do Microtrator que será fornecido, de forma a possibilitar o pleno funcionamento do conjunto. Garantir, ao mesmo tempo, a compatibilidade do encanteirador e sulcador simples ao modelo do cultivador, caso o funcionamento daqueles seja obrigatoriamente em conjunto com este;
- d) Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo setor competente da SEAG;
- e) Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme dispõe o inciso XIII, do artigo 55, da Lei nº 8.666/93 e alterações;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca – SEAG

- f) Garantir a execução qualificada do contrato durante o período de garantia.

- g) Na hipótese de Organização classificada pela SEAG no Programa Fundo Social de Apoio à Agricultura Familiar – FUNSAF (Lei Estadual nº 10.297/2004), fica o fornecedor obrigado a atender diretamente a referida entidade nas mesmas condições previstas no presente instrumento, quando devidamente oficiado pela SEAG.

11.2 - Compete à Contratante:

- a) efetuar o pagamento após a entrega do Microtrator Agrícola, Carreta Agrícola, Cultivador, Kit Encanteiradore Sulcador, em caso de aceitabilidade;
- b) definir o local para entrega;
- c) designar servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização da entrega da Microtrator Agrícola, Carreta Agrícola, Cultivador, Kit Encanteiradore Sulcador.

12 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o licitante contratado à aplicação de multa de mora, nas seguintes condições:

12.1.1 - Fixa-se a multa de mora em 0,3 % por dia de atraso, a incidir sobre o valor total reajustado do contrato, ou sobre o saldo reajustado não atendido, caso o contrato encontre-se parcialmente executado;

12.1.2 - Os dias de atraso serão contabilizados em conformidade com o cronograma de execução do contrato;

12.1.3 - A aplicação da multa de mora não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas no item 12.2 deste edital e na Lei 8.666/1993.

12.2 - A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a aplicação das seguintes sanções ao licitante contratado:

- a) Advertência;
- b) Multa compensatória por perdas e danos, no montante de até 10% sobre o saldo contratual reajustado não executado pelo particular;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 02 anos;
- d) Impedimento para licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, Direta ou Indireta, pelo prazo de até 05 anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, especificamente nas hipóteses em que o licitante, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame,



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca – SEAG

ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;

- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, em toda a Federação, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea “c”.

12.2.1 - As sanções previstas nas alíneas “a”, “c”, “d” e “e” deste item, não são cumulativas entre si, mas poderão ser aplicadas juntamente com a multa compensatória por perdas e danos (alínea “b”).

12.2.2 - Quando imposta uma das sanções previstas nas alíneas “c”, “d” e “e”, a autoridade competente submeterá sua decisão ao Secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos - SEGER, a fim de que, se confirmada, tenha efeito perante a Administração Pública Estadual.

12.2.3 - Caso as sanções referidas no parágrafo anterior não sejam confirmadas pelo Secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos - SEGER, competirá ao órgão promotor do certame, por intermédio de sua autoridade competente, decidir sobre a aplicação ou não das demais modalidades sancionatórias.

12.2.4 - Confirmada a aplicação de quaisquer das sanções administrativas previstas neste item, competirá ao órgão promotor do certame proceder com o registro da ocorrência no CRC/ES, e a SEGER, no SICAF, em campo apropriado. No caso da aplicação da sanção prevista na alínea “d”, deverá, ainda, ser solicitado o descredenciamento do licitante no SICAF e no CRC/ES.

12.3 - As sanções administrativas somente serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório, observando-se as seguintes regras:

- a) Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, o órgão promotor do certame deverá notificar o licitante contratado, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia;
- b) A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, indicando, no mínimo: a conduta do licitante contratado reputada como infratora, a motivação para aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;
- c) O prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 dias úteis a contar da intimação, exceto na hipótese de declaração de inidoneidade, em que o prazo será de 10 dias consecutivos, devendo, em ambos os casos, ser observada a regra do art. 110 da Lei 8666/1993;
- d) O licitante contratado comunicará ao órgão promotor do certame as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo licitatório e da vigência do contrato,



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca – SEAG

considerando-se eficazes as notificações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação;

- e) Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, o órgão promotor do certame proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso do licitante que deverá ser exercido nos termos da Lei 8.666/1993;
- f) O recurso administrativo a que se refere a alínea anterior será submetido à análise da Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo.

12.4 - Os montantes relativos às multas moratória e compensatória aplicadas pela Administração poderão ser cobrados judicialmente ou descontados dos valores devidos ao licitante contratado, relativos às parcelas efetivamente executadas do contrato;

12.5 - Nas hipóteses em que os fatos ensejadores da aplicação das multas acarretarem também a rescisão do contrato, os valores referentes às penalidades poderão ainda ser descontados da garantia prestada pela contratada;

12.6 - Em qualquer caso, se após o desconto dos valores relativos às multas restar valor residual em desfavor do licitante contratado, é obrigatória a cobrança judicial da diferença.

12.7 - Sem prejuízo da aplicação das sanções acima descritas, a prática de quaisquer atos lesivos à administração pública na licitação ou na execução do contrato, nos termos da Lei 12.846/2013, será objeto de imediata apuração observando-se o devido processo legal estabelecido no marco regulatório estadual anticorrupção.

13- DA SUPERVENIENTE IRREGULARIDADE FISCAL OU TRABALHISTA

13.1- Constatado que o CONTRATADO não se encontra em situação de regularidade fiscal ou trabalhista, o mesmo será notificado para no prazo de 10 dias úteis regularizar tal situação ou, no mesmo prazo, apresentar defesa, observando-se o procedimento de aplicação de sanções.

13.2- Transcorrido esse prazo, ainda que não comprovada a regularidade e que não seja aceita a defesa apresentada, o pagamento será efetuado, sem prejuízo da tramitação do procedimento de aplicação de sanções.

13.3- Em não sendo aceitas as justificativas apresentadas pelo CONTRATADO, será imposta multa de 2% sobre o saldo contratual não executado.

13.4- Depois de transcorridos 30 dias úteis da notificação da multa, se a empresa não regularizar a pendência fiscal ou trabalhista, deverá a Administração decidir sobre iniciar ou não procedimento de rescisão do contrato, podendo deixar de fazê-lo se reputar que a extinção antecipada do contrato ocasionará expressivos prejuízos ao interesse público.

13.5- Em se tratando de irregularidade fiscal decorrente de crédito estadual, o CONTRATANTE informará à Procuradoria Fiscal da Procuradoria Geral do Estado sobre os créditos em favor da empresa, antes mesmo da notificação à empresa.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca – SEAG

14-DA RESCISÃO

14.1-A rescisão da Ata poderá ocorrer nas hipóteses e condições previstas nos arts. 78 e 79 da Lei 8.666/1993, no que couberem, com aplicação do art. 80 da mesma Lei, se for o caso.

15-DOS ADITAMENTOS

15.1-A presente Ata poderá ser aditada, estritamente, nos termos previstos na Lei 8.666/1993, após manifestação formal da Procuradoria Geral do Estado.

16-DOS RECURSOS

16.1-Os recursos, representação e pedido de reconsideração, somente serão acolhidos nos termos do art. 109 da Lei 8.666/1993.

17-DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

17.1-Posteriormente será designado representante da Administração nos termos do art. 67 da Lei 8.666/1993, que deverá atestar a execução do objeto contratado, observadas as disposições deste Contrato, sem o que não será permitido qualquer pagamento.

18- DO FORO

18.1-Fica eleito o foro de Vitória, Comarca da Capital do Estado do Espírito Santo, para dirimir qualquer dúvida ou contestação oriunda direta ou indiretamente deste instrumento, renunciando-se expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente em três vias de igual teor e forma, para igual distribuição, para que produza seus efeitos legais.

PAULO ROBERTO FOLETTO

Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca - SEAG

FABIO HAUSCHILD MONDARDO

CCK COMERCIAL EIRELLI-EPP

Documento assinado eletronicamente.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca – SEAG

ANEXO “A” DA ARP

Este documento é parte integrante da Ata de Registro de Preços nº 0063/2021, celebrada entre a Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca - SEAG e a empresa **CCK COMERCIAL EIRELLI-EPP**, cujos preços estão a seguir registrados por lote/item, em face à realização do Pregão nº 0059/2021.

LOTE ÚNICO

OBJETO	QUANTIDADE E MÍNIMA	QUANTIDADE E MÁXIMA
Micro trator agrícola: novo; ano/modelo atual; sobre rodas; motor à diesel com potência de 15 cv; parte elétrica interna e protegida; com farol; partida elétrica. Marca: Lansu Modelo:CAM/15	01	54

Valor Unitário R\$15.385,00 (Quinze mil e trezentos e oitenta e cinco Reais).

Valor Total R\$830.790,00 (Oitocentos e trinta mil e setecentos e noventa Reais).

OBJETO	QUANTIDADE E MÍNIMA	QUANTIDADE E MÁXIMA
Carreta agrícola: nova; sobre rodas; capacidade de carga de 1.500 kg; capacidade volumétrica de 1,48m ³ ; tracionada; com freio; basculante; de madeira resistente ao ataque de organismos xilófagos; acoplável e compatível à micro trator com potência de 15 cv. Marca: Maquinafort Modelo: 0502	01	54

Valor Unitário R\$9.975,00 (Nove mil e novecentos e setenta e cinco Reais).

Valor Total R\$538.650,00 (Quinhentos e trinta e oito mil e seiscentos e cinquenta Reais).

OBJETO	QUANTIDADE E MÍNIMA	QUANTIDADE E MÁXIMA
Cultivador rotativo agrícola: profundidade de corte alcançável: de 15 à 20 cm; largura de corte: 90 cm; sistema/mecanismo que executará o corte no solo: substituível; sistema/mecanismo que executará o corte no solo com resistência suficiente ao atrito, a fim de evitar desgastes prematuros; acoplável e compatível à micro trator com potência de 15cv. Marca: Lansu Modelo: ENX15	01	54

Valor Unitário R\$8.260,00 (Oito mil e duzentos e sessenta Reais).

Valor Total R\$446.040,00 (Quatrocentos e quarenta e seis mil e quarenta Reais).



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca – SEAG

DEMAIS CONDIÇÕES

1 - UTILIZAÇÃO DE RECURSO FEDERAL

Quando forem utilizados recursos de Contrato de Repasse da Caixa Econômica Federal, os objetos serão recebidos:

- a) Provisoriamente, através de simples conferência física por Servidor da SEAG designado, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação através da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL;
- b) Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do objeto e consequente aceitação, verificação essa realizada por responsável designado pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL em prazo definido por essa Instituição Financeira Oficial Federal.

OBS: Independentemente da aceitação, a CONTRATADA garantirá a qualidade do produto fornecido pelo prazo estabelecido na respectiva garantia, obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito no prazo estabelecido pelo CONTRATANTE.

O pagamento ao fornecedor será realizado após a aceitação definitiva dos implementos, ou seja, após verificação e aceitação realizada por responsável devidamente designado pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

2 - DA ESTIMATIVA DE QUANTIDADES

2.1-O fornecedor fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos que se fizerem nas compras, até 25% da quantidade máxima estimada de fornecimento estabelecida neste edital.

2.2-A adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos e entidades que não tenham participado do certame dependerá, além de autorização do órgão gerenciador, da observância dos limites previstos na legislação vigente e da aceitação de fornecimento pelo particular, do cumprimento dos seguintes critérios:

2.3-Os quantitativos fixados pelos órgãos e entidades que não tenham participado do certame não serão computados nos quantitativos descrito no quadro acima, no anexo I desta Ata.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca – SEAG

2.4-Ao órgão ou entidade que não tenha participado do certame fica vedada a fixação de suas respectivas quantidades em montante superior ao máximo estabelecido no quadro acima no anexo I desta Ata.

2.5-Não será admitida a adesão de órgãos e entidades que não tenham participado do certame, na hipótese de risco de prejuízo para as obrigações anteriormente assumidas, o que será aferido pelo órgão gerenciador, mediante decisão fundamentada.

ASSINATURAS (2)

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

PAULO ROBERTO FOLETTTO
SECRETARIO DE ESTADO
SEAG - SEAG
assinado em 30/06/2021 16:11:37 -03:00

FABIO HAUSCHILD MONDARDO
CIDADÃO
assinado em 02/07/2021 08:25:28 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 02/07/2021 08:25:28 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por INGRID FACHETTI BRENNER DE SA (PRESIDENTE (COMISSAO PERMAN PREGAO REGISTRO DE PRECO - SEAG) - SEAG - SEAG)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2021-XB80XZ>

Valor Global do Lote: R\$ 2.215.620,00

VIGÊNCIA: 06/07/2021 a 06/07/2022.

A íntegra da Ata de Registro de Preços, com a discriminação dos valores unitários, está disponível para consulta no endereço www.compras.es.gov.br.

Responsável pela assinatura: PAULO ROBERTO FOLETTO

CARGO: SECRETÁRIO DE ESTADO

Protocolo 683567

Secretaria de Estado de Mobilidade e Infraestrutura - SEMOBI -

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico 003/2021

Órgão: Secretaria de Estado de Mobilidade e Infraestrutura - SEMOBI

Processo nº: 2021-3ZMR1

Objeto: CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA PARA TERMINAL RODOVIÁRIO DE VITÓRIA

Valor Estimado: R\$ 1.173.172,32

Início do Acolhimento das Propostas: às **09:30h do dia 05/07/2021.**

Limite para Acolhimento das Propostas: às **18:00h do dia 16/07/2021.**

Data e Horário da Abertura das Propostas: **10:30h do dia 19/07/2021.**

Data e Horário da Abertura da Sessão Pública: **14:00h do dia 19/07/2021.**

O certame será realizado por meio do Sistema Integrado de Gestão Administrativa - SIGA, estando o Edital disponível nos endereços: **www.semobi.es.gov.br; www.compras.es.gov.br.**

Os interessados em participar da licitação deverão efetuar seu cadastro no sistema SIGA, conforme instruções contidas no endereço (www.compras.es.gov.br/cadastro-de-fornecedores).

Contato: Através do e-mail: **cpl@semobi.es.gov.br** ou, telefone (27) 3636-9608.

Vitória, 02 de julho de 2021.

KETRIN KELLY ALVARENGA

Pregoeira/SEMOBI

Protocolo 683536

Departamento de Edificações e de Rodovias do Estado do Espírito Santo -DER-ES -

AVISO INTERPOSIÇÃO DE RECURSO

Modalidade: Concorrência Pública Nº 021/2021

Órgão: Departamento de Edificações e de Rodovias do Espírito Santo - DER-ES

Processo nº: E-DOC Nº 2021-7WJ56

Objeto: Contratação de empresa para execução das obras e serviços de implantação e pavimentação da Rodovia ES-368, trecho: Melgaço - Entrº ES-264 (Potratz) com extensão de 19 km, inclusive a execução de 01 (uma) Obra de Arte Especial - OAE (ponte), sob jurisdição da Superintendência Executiva Regional I (SR-1).

O Departamento de Edificações e de Rodovias do Estado do Espírito Santo - DER-ES, por meio da Comissão Permanente de Licitação para Obras de Rodovia, torna público e comunica que a empresa SANTA LUZIA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, interpôs, tempestivamente, Recurso Administrativo

contra o julgamento da Proposta Comercial prolatado por esta CPL.

Estando, portanto, aberto prazo de cinco dias úteis com fulcro no art. 109, § 3º da lei 8.666/93 para que, havendo interesse por parte dos demais licitantes, possam apresentar impugnação.

Vitoria-ES, 02 de julho de 2021

JOSÉ RICARDO MONTEIRO DOS SANTOS

Presidente da CPL para Obras de Rodovia do DER-ES

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º

Protocolo 683342

AVISO JULGAMENTO DAS HABILITAÇÕES

Modalidade: Concorrência Pública Nº 010/2021

Órgão: Departamento de Edificações e de Rodovias do Espírito Santo - DER-ES

Processo nº: E-DOC Nº 2021-SN43N

Objeto: Contratação de Empresa para Execução das Obras de Construção da nova Ponte Comunidade do Anga, sobre o Rio Castelo, Município de Conceição do Castelo/ES, Com 30,0 Metros de extensão, sob Jurisdição da Superintendência Executiva Regional II (SR-2) do Departamento de Edificações e de Rodovias do Estado do Espírito Santo - DER-ES.

O Departamento de Edificações e de Rodovia do ES - DER-ES, por meio da Comissão Permanente de Licitação para Obras de Rodovia, torna público o seguinte resultado referente a análise dos Documentos de Habilitação da licitação em epígrafe:

EMPRESAS HABILITADAS:

VLZ CONSTRUTORA LTDA.

ZORZAL TERRAPLENAGEM E LOCAÇÕES LTDA

SANTA MARIA ENGENHARIA EIRELI EPP

Face ao exposto, fica aberto prazo recursal nos termos do artigo 109 da Lei Federal 8.666/93 estando os autos do processo com vista franqueada aos interessados.

Vitoria-ES, 02 de julho de 2021

JOSÉ RICARDO MONTEIRO DOS SANTOS

Presidente da CPL para Obras de Rodovia do DER-ES

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º

Protocolo 683480

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico N.º: 008/2021

Departamento de Edificações e de Rodovias do Estado do Espírito Santo - DER/ES

Processo N.º: 2021-H8M4P

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE.

A 1.ª CPP do Pregão Eletrônico do DER-ES, Comunica a todos os interessados que a licitação em referência, Pregão eletrônico n.º 008/2021, foi **ANULADO**, devido a fatos supervenientes aludidos por esta comissão de pregão Eletrônico.

Vitória, 01 de julho de 2021.

Maria Suzel Tedoldi Menegheli

Pregoeira da 1ª CPP do DER-ES

Protocolo 683300



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 05/07/2021 09:25:20 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por INGRID FACHETTI BRENNER (PRESIDENTE (COMISSAO PERMAN PREGAO REGISTRO DE PRECO - SEAG) -
SEAG - SEAG)
Valor Legal: CÓPIA SIMPLES | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2021-B0MWBK>

Vitória (ES), segunda-feira, 05 de Julho de 2021.

05/07/2021 até às 14:30 horas do dia 16/07/2021.
Abertura de propostas: 16/07/2021 às 14:40 horas.
Abertura da sessão pública: 16/07/2021 às 15:00 horas.

O certame será realizado por meio do sistema SIGA, estando o edital disponível no endereço www.compras.es.gov.br.

Os interessados em participar da licitação deverão efetuar seu cadastro no sistema SIGA, conforme instruções contidas no endereço www.compras.es.gov.br/cadastro-de-fornecedores.

Informações através do telefone: (27) 3636-3601 ou pelo e-mail: pregao@fames.es.gov.br

ALESSANDRO MORETO BERTASO

Presidente da CPL/Pregoeiro

Protocolo 683540

Secretaria de Estado da Justiça - SEJUS -

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº. 0030/2021

Órgão: Secretaria de Estado da Justiça - SEJUS

Processo Nº. 2021-4QWK8

Objeto: Registro de Preços de Luvas de Procedimento.

LOTE ÚNICO

Empresa Vencedora: FUTURA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS DE SAÚDE LTDA

Valor Global do Lote: R\$6.352.000,00 (seis milhões trezentos e cinquenta e dois mil reais).

Valor Unitário - R\$40,00 (quarenta reais).

Quantidade Total do Registro de Preços: 158.800 caixas

O referido lote foi devidamente homologado pela Autoridade Competente em 02/07/2021.

Contato: 3pregao@sejus.es.gov.br (27) 3636-5820.

LEANDRO BARBOSA SOUSA

Pregoeiro/SEJUS

Protocolo 683419

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
 ARP Nº 021/2021**

Órgão/Entidade: A SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA - SEJUS

Processo licitatório nº 2021-22WH4

Edital: Modalidade Pregão Eletrônico nº 0024/2021

Lote Único

Objeto: Registro de Preços para aquisição de FIO OVERLOCK

Empresa: SALES COMÉRCIO E SERVICOS EIRELI -ME
CNPJ: 21.961.596/0001-66

Valor global do lote:

R\$ 226.165,93

Vigência: O prazo de vigência dessa Ata de Registro de Preços é de 01 (um) ano, contado do dia posterior à data de sua publicação no Diário Oficial, vedada a sua prorrogação. A íntegra da Ata de Registro de Preços, com a discriminação dos valores unitários, está disponível para consulta no endereço www.compras.es.gov.br.

CELSO DOS SANTOS JUNIOR

Subsecretário de Estado para Assuntos Administrativos

Protocolo 683579

Secretaria de Estado da Cultura - SECULT -

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico Nº 005/2021

Órgão: Secretaria de Estado da Cultura - SECULT

Processo Nº: 2020-T7D7V

Objeto: Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços de Manutenção, Restauração, Regulagem, Reparos e Substituição de Peças nos Tímpanos da OSES

Lote único

Empresa vencedora: MR Manutenção de Instrumentos Musicais Eireli

Valor global do lote único: R\$ 44.500,00

O referido lote foi devidamente homologado pela Autoridade Competente em 02/07/2021.

Contato: E-mail: cpl@secult.es.gov.br ou tel.: (27)3636-7064.

Vitória, 02 de Julho de 2021

José Roberto Bispo de Sousa

Pregoeiro/SECULT

Protocolo 683383

Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca - SEAG -

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 009/2021

Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca - SEAG

Processo Nº: 2021-0BJXH

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de instalação de prevenção e combate a incêndio e pânico do Parque de Exposição Municipal Afonso Claudio/ES

Valor estimado: R\$

125.243,18 (cento e vinte e cinco mil e duzentos e quarenta e três reais e dezoito centavos)

Abertura da sessão pública: 22/07/2021 às 15:00h

Local de realização da sessão pública: Rua Raimundo Nonato, nº 116, Forte de São João, Vitória - ES.

O edital está disponível no endereço www.compras.es.gov.br.

Contato: cpl.barragens@seag.es.gov.br e

3636-3653

PAULA GIACOMIN CANI

Presidente da CPL/SEAG

Comissão de Obras e Serviços de Engenharia de Barragens

Protocolo 683544

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
 ARP Nº 0063/2021**

ORGÃO: Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca - SEAG.

CNPJ nº 27.080.555/0001-47.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 2021-SP5BF

EDITAL: Nº 059/2021.

LOTE ÚNICO:

OBJETO: Registro de Preços para Aquisição de 54 (cinquenta e quatro) Microtratores e Implementos.

EMPRESA: CCK Comercial Eirelli - EPP.

CNPJ: 22.065.938/0001-22.

**INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO**

Documento capturado em 05/07/2021 09:02:18 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por INGRID FACHETTI BRENNER (PRESIDENTE (COMISSAO PERMAN PREGAO REGISTRO DE PRECO - SEAG) -
SEAG - SEAG)
Valor Legal: CÓPIA SIMPLES | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2021-58W96Z>